



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – CAMPUS II – DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA.**

ROGÉRIO VELOSO LEITE

**REFORMAS URBANAS E DISPUTAS DE MEMÓRIA NO CENTRO DE
ALAGOINHAS (2013–2018): TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS,
RESISTÊNCIAS SOCIAIS E RECONFIGURAÇÃO DO LUGAR**

**Alagoinhas - BA
2025**

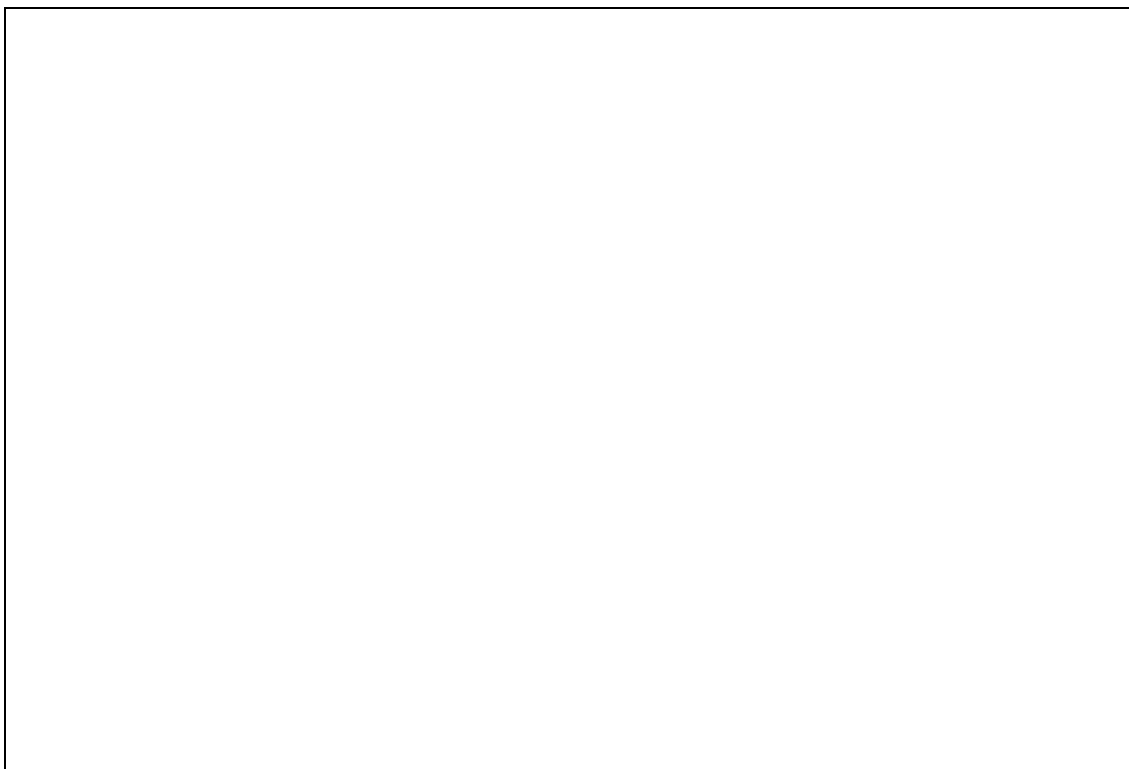
ROGÉRIO VELOSO LEITE

**REFORMAS URBANAS E DISPUTAS DE MEMÓRIA NO CENTRO DE
ALAGOINHAS (2013–2018): TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS,
RESISTÊNCIAS SOCIAIS E RECONFIGURAÇÃO DO LUGAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca examinadora do curso de Licenciatura Plena em História do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – Campus II, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História, sob orientação do Professor Doutor Ivaldo Marciano de França Lima.

Alagoinhas,
2025

FICHA CATALOGRÁFICA



Biblioteca do Campus II / Uneb

Bibliotecária: Rosana Cristina de Souza Barretto. CRB: 5/902

**REFORMAS URBANAS E DISPUTAS DE MEMÓRIA NO CENTRO DE
ALAGOINHAS (2013–2018): TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS,
RESISTÊNCIAS SOCIAIS E RECONFIGURAÇÃO DO LUGAR**

ROGÉRIO VELOSO LEITE

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima - UNEB
ORIENTADOR

Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond – UNEB DEDC II
EXAMINADOR

Prof. Me. Celestino Máquina Chiquete – ISCED Huíla (Angola)
EXAMINADOR

DATA DA APROVAÇÃO

Alagoinhas, ____ de _____ de 2025.

ROGÉRIO VELOSO LEITE
DISCENTE

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil. Retornar aos estudos após mais de duas décadas afastado dos bancos escolares foi um dos maiores desafios da minha vida. Não pretendo fazer deste espaço um lamento, mas é impossível ignorar as dificuldades que marcam o percurso de quem tenta estudar neste país. Faltou tempo, sobrou cansaço. A rotina diária de sobrevivência, os problemas pessoais, a pandemia e, por mais duro que seja admitir, até mesmo episódios de discriminação étnica foram obstáculos reais, sentidos no corpo e na alma.

Mas resistir é também um ato de afirmação, e é por isso que deixo aqui meus mais sinceros agradecimentos a todos que, de alguma forma, me ajudaram a seguir em frente. À minha família, especialmente ao meu filho e à minha mãe, agradeço por todo o amor, apoio e compreensão durante os momentos em que estive ausente, imerso nas demandas acadêmicas. Foram o meu refúgio e a minha base.

À Mere Oliveira, minha gratidão mais profunda. Seu incentivo constante, sua paciência infinita e sua presença firme nos momentos em que pensei em desistir foram decisivos. Sua força me fortaleceu. Aos amigos e colegas que torceram pelo meu sucesso, muito obrigado pela companhia e pelas palavras de encorajamento.

À Universidade do Estado da Bahia – UNEB, minha eterna gratidão. À direção, à coordenação do colegiado, aos servidores e, sobretudo, a cada professor e professora que fez parte da minha formação: obrigado pelo zelo, pela dedicação e pelo compromisso com o ensino. Não cito nomes por temer cometer alguma injustiça, mas cada um carrega um lugar especial na minha trajetória.

Por fim, ao professor Ivaldo Marciano, meu orientador neste trabalho de conclusão de curso, agradeço profundamente pela paciência, pelo cuidado, pela amizade e pelo apoio durante cada etapa deste processo.

Este trabalho é também de vocês. Muito obrigado.

RESUMO: Este trabalho investigou as reformas urbanas realizadas no centro da cidade de Alagoinhas-BA, entre os anos de 2013 e 2018, com foco nas disputas simbólicas e materiais em torno da memória urbana, dos usos do território e dos sentidos de pertencimento local. O objetivo principal foi compreender como as intervenções promovidas pelas gestões de Paulo César Simões e Joaquim Neto alteraram a dinâmica espacial e impactaram os modos de vida da população local, principalmente dos moradores e trabalhadores do centro. A metodologia adotada procurou articular pesquisa bibliográfica, análise documental, fontes orais e o uso da auto etnografia como instrumento de análise crítica e posicionada. Os resultados evidenciam que as reformas, embora justificadas por discursos de modernização e revitalização, promoveram a descaracterização de espaços simbólicos, o deslocamento de sujeitos históricos e a construção de uma nova imagem urbana desvinculada das práticas culturais populares. A análise dialoga com autores como Milton Santos, Marc Augé, Henri Lefebvre, David Harvey e Marilena Chauí, contribuindo para a compreensão das políticas urbanas enquanto mecanismos de controle simbólico e reorganização do espaço, segundo interesses políticos e econômicos. Conclui-se que os processos de transformação urbana em Alagoinhas-BA não se limitaram à alteração física do território, mas atuaram diretamente sobre a memória coletiva e os modos de existência dos sujeitos, evidenciando a importância da resistência social e da valorização das histórias locais na construção de cidades mais justas e inclusivas.

Palavras chave: Memória Urbana; Reformas Urbanas; Território; Patrimonialização; Alagoinhas-BA

ABSTRACT: This study investigated the urban reforms carried out in the centre of Alagoinhas, Bahia, between 2013 and 2018, focusing on symbolic and material disputes surrounding urban memory, land use, and senses of local belonging. The main objective was to understand how the interventions promoted by the administrations of Paulo César Simões and Joaquim Neto altered the spatial dynamics and impacted the lifestyles of the local population, especially residents and workers in the centre. The methodology adopted sought to combine bibliographic research, documentary analysis, oral sources, and the use of auto-ethnography as an instrument of critical and positioned analysis. The results show that the reforms, although justified by discourses of modernisation and revitalisation, promoted the decharacterisation of symbolic spaces, the displacement of historical subjects, and the construction of a new urban image disconnected from popular cultural practices. The analysis dialogues with authors such as Milton Santos, Marc Augé, Henri Lefebvre, David Harvey, and Marilena Chauí, contributing to the understanding of urban policies as mechanisms of symbolic control and reorganisation of space, according to political and economic interests. It concludes that the processes of urban transformation in Alagoinhas-BA were not limited to physical changes to the territory, but acted directly on the collective memory and modes of existence of the subjects, highlighting the importance of social resistance and the valorisation of local histories in the construction of more just and inclusive cities.

Keywords: Urban Memory; Urban Reforms; Territory; Heritage Preservation; Alagoinhas-BA

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA, TERRITÓRIO E MEMÓRIA URBANA	14
CAPÍTULO 3 - REFORMAS URBANAS E GESTÃO	19
3.1 Intervenções Urbanas na Gestão Joaquim Neto: entre técnica, memória e funcionalidade	22
CAPÍTULO 4 – MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E RECONFIGURAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	29
DOCUMENTOS DIVERSOS.....	30
ANEXO – IMAGENS DO ESPAÇO URBANO DE ALAGOINHAS	32

INTRODUÇÃO

Alagoinhas, localizada no Nordeste da Bahia, teve seu primeiro povoamento no final do século XVIII, com a fundação de uma capela por um padre português. Inicialmente chamada Freguesia da Água Fria, a região se desenvolveu ao longo da Estrada de Boiadas, que conectava o sertão da Bahia ao litoral. Em 1852, a Vila de Santo Antônio das Alagoinhas foi elevada à categoria de cidade, desmembrando-se da Vila de Inhambupe, e a emancipação política ocorreu em 2 de julho de 1853 com a posse da primeira Câmara Municipal.

O nome "Alagoinhas" é derivado das numerosas lagoas que pontilham a região, como a Lagoa do Catu e a Lagoa de São João, essenciais para a colonização e desenvolvimento urbano. Ao longo do tempo, a cidade consolidou-se como um polo regional, passando por diversas transformações físicas, políticas e simbólicas que redesenharam sua paisagem urbana e seu modo de vida. A partir da segunda década do século XXI, especialmente entre os anos de 2013 e 2018, Alagoinhas passou por um conjunto de reformas urbanas significativas, particularmente em seu centro histórico. Essas intervenções, impulsionadas por uma lógica de modernização, afetaram não apenas a configuração física dos espaços, como praças e vias, mas também as dinâmicas sociais, afetivas e simbólicas que envolvem a memória e a identidade dos moradores da cidade. Diante disso, a presente pesquisa busca compreender como esses processos de reforma urbana foram vivenciados, percebidos e disputados pela população local.

A relevância deste estudo está na necessidade de refletir criticamente sobre os efeitos das reformas urbanas em cidades médias, muitas vezes implementadas de forma verticalizada, com pouco espaço para o diálogo com os moradores. Em Alagoinhas, as mudanças no centro da cidade não afetaram apenas o trânsito e a estética urbana, mas também as formas como os cidadãos se relacionam com os lugares de memória, com o comércio local e com os espaços públicos de convivência. A pesquisa parte da premissa de que o espaço urbano não é neutro: ele é palco de disputas, construções simbólicas e memórias coletivas. Assim, investigar essas transformações contribui para compreender os desafios da preservação da memória urbana frente às dinâmicas de modernização e padronização dos centros históricos.

A pergunta que orienta este trabalho é: como os processos de reforma urbana realizados entre 2013 e 2018 no centro da cidade de Alagoinhas impactaram a memória urbana, a convivência social e o uso simbólico dos espaços públicos? Para responder a

essa problemática, definiu-se como objetivo geral analisar os processos de reforma urbana no centro de Alagoinhas (2013–2018), destacando os discursos que os sustentam, os impactos sobre a população local e as disputas simbólicas em torno da memória urbana.

Como objetivos específicos, propõe-se: investigar as principais intervenções urbanas realizadas durante as gestões de Paulo César e Joaquim Neto; examinar as formas de participação e recepção da população frente às mudanças no espaço urbano; discutir as consequências simbólicas das reformas, especialmente no que tange à memória coletiva e à identidade local; e refletir sobre a articulação entre modernização urbana e processos de exclusão social em cidades médias. A metodologia adotada para esta pesquisa é qualitativa, com base em três procedimentos principais: análise documental de projetos, leis e registros oficiais relacionados às reformas; realização de entrevistas com moradores, comerciantes e agentes públicos; e a utilização da auto etnografia como estratégia para descrever e refletir sobre vivências pessoais em meio às transformações urbanas. Esta abordagem permite captar tanto os discursos institucionais quanto as percepções subjetivas e afetivas dos sujeitos que vivenciam o cotidiano da cidade.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico-metodológico, abordando os principais conceitos que fundamentam a análise, como espaço urbano, cidade média, patrimonialização, memória e identidade. Também se discute a escolha da metodologia e os caminhos percorridos na construção da pesquisa. O segundo capítulo analisa as reformas urbanas realizadas na gestão de Paulo César (2013–2016), com ênfase na reurbanização das praças e na lógica de modernização que guiou essas intervenções, avaliando seus impactos materiais e simbólicos.

O terceiro capítulo trata das transformações mais recentes no centro da cidade de Alagoinhas, destacando as lembranças e percepções da população sobre as antigas praças e arborizações, bem como as alterações na convivência urbana. Também discute a implantação do sistema de estacionamento rotativo pago (Zona Azul) e seus efeitos na mobilidade, no comércio e no uso dos espaços públicos. O quarto e último capítulo aborda as reformas na gestão Joaquim Neto (2017–2018), refletindo sobre o discurso de continuidade e ruptura entre as gestões e o reposicionamento simbólico do centro da cidade diante da adoção de novas referências urbanas.

Por fim, as considerações finais retomam os principais achados da pesquisa, destacando como as reformas urbanas impactaram a paisagem e as experiências urbanas em Alagoinhas. Além disso, apontam para a importância de políticas públicas que

respeitem os vínculos afetivos e a história local, valorizando o diálogo com a população nos processos de planejamento urbano. Boa leitura!

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta os principais fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam a análise proposta nesta pesquisa sobre as reformas urbanas no centro da cidade de Alagoinhas, no período de 2013 a 2018. A investigação parte do entendimento de que o espaço urbano é produto de disputas sociais, históricas e simbólicas, e que as intervenções promovidas pelo poder público refletem e reforçam determinadas visões de mundo, interesses econômicos e projetos de cidade.

Para compreender essas dinâmicas, parte-se do conceito de cidade como uma construção histórica e social, marcada por conflitos, desigualdades e diferentes formas de apropriação. Lefebvre (2001) destaca que o espaço urbano não é neutro, mas um campo de disputas em que se materializam relações de poder. Nesse sentido, a cidade média, como é o caso de Alagoinhas, representa um espaço privilegiado para observar as tensões entre tradição e modernização, entre centralidade e periferia, entre memória e apagamento.

Segundo Corrêa (1995), as cidades médias possuem especificidades que as distinguem das grandes metrópoles e das pequenas cidades, configurando-se como centros regionais de serviços e de decisões políticas, ao mesmo tempo em que apresentam fragilidades em termos de planejamento e infraestrutura. Esse duplo caráter torna suas transformações urbanas particularmente expressivas no que diz respeito aos processos de reconfiguração do espaço e de produção de novas centralidades.

A análise também se fundamenta nos conceitos de memória coletiva e identidade urbana. Halbwachs (2006) argumenta que a memória não é apenas individual, mas construída socialmente, sendo o espaço um de seus principais suportes. Assim, quando uma praça é demolida ou reformada sem considerar os vínculos simbólicos que a população mantém com ela, há uma ruptura que afeta o sentido de pertencimento e a identidade local. Conforme Pollak (1992), a memória é seletiva e conflituosa, e sua disputa revela as lutas por reconhecimento e visibilidade de diferentes grupos sociais.

No que se refere à patrimonialização, a pesquisa adota uma abordagem crítica, reconhecendo que o patrimônio cultural é frequentemente apropriado pelo poder público como instrumento de valorização estética e turística, nem sempre articulado com os sentidos atribuídos pelas comunidades locais. Tavares (2014) ressalta que as políticas públicas voltadas às culturas populares enfrentam o desafio de reconhecer a pluralidade

de expressões e de promover a participação social nos processos de decisão, o que nem sempre ocorre nos projetos de “revitalização” urbana.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho combina diferentes estratégias de investigação, integrando abordagem qualitativa e perspectiva autoetnográfica. A autoetnografia, conforme Ellis e Bochner (2000), permite ao pesquisador refletir sobre suas experiências e afetos em relação ao objeto de estudo, construindo um conhecimento situado e engajado. Nesse sentido, o autor deste trabalho, por ser morador do centro de Alagoinhas e testemunha das transformações ocorridas, parte de vivências concretas para problematizar os impactos urbanos, sociais e simbólicos das reformas.

Foram também utilizadas entrevistas semiestruturadas com moradores, comerciantes e usuários frequentes do centro da cidade, com o objetivo de captar memórias, percepções e resistências frente às intervenções urbanas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de março e maio de 2025, totalizando dez participantes, com idades entre 25 e 72 anos. A análise documental envolveu a consulta a leis municipais, planos de governo, reportagens jornalísticas e publicações oficiais que tratam das reformas realizadas durante as gestões de Paulo César e Joaquim Neto.

Essa triangulação metodológica – que envolve a autoetnografia, as entrevistas e a análise documental – visa garantir uma abordagem abrangente, crítica e sensível aos diferentes modos de apropriação do espaço urbano. Ao articular teoria e experiência, memória e documento, pretende-se construir uma análise que não apenas descreva as transformações espaciais, mas que revele os sentidos sociais e simbólicos envolvidos nos processos de reforma e patrimonialização do centro de Alagoinhas.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA, TERRITÓRIO E MEMÓRIA URBANA

O centro da cidade de Alagoinhas, como se apresenta na contemporaneidade, resulta de um processo histórico de ocupação, transformação e ressignificação que atravessa diferentes períodos e políticas públicas. Antes das reformas urbanas implementadas recentemente, esse espaço apresentava características singulares, revelando uma convivência dinâmica entre o patrimônio material e imaterial, os modos de vida dos moradores e trabalhadores do centro e as marcas da memória coletiva. Este capítulo tem como objetivo compreender o território central de Alagoinhas em sua configuração anterior às intervenções das gestões municipais entre os anos de 2013 e 2018, observando os traços históricos, simbólicos e sociais que conferem sentido à sua paisagem urbana.

A partir de uma abordagem que articula história urbana e memória social, foram utilizadas diversas fontes, como depoimentos de antigos moradores, fotografias de acervos familiares e redes sociais, mapas históricos e documentos públicos. A História Pública, enquanto campo de interlocução entre o saber acadêmico e os múltiplos sujeitos sociais, permite a valorização das vozes frequentemente silenciadas pelos discursos oficiais, reconhecendo as experiências cotidianas e os afetos vinculados ao espaço urbano (Portelli, 1997; Hartog, 2013).

Historicamente, o território central de Alagoinhas abrigou a estação ferroviária, cuja presença exerceu influência significativa sobre a configuração do comércio e dos serviços locais. As ruas do centro, com calçamento antigo e edificações de traços coloniais e ecléticos, constituíam um ambiente de convivência intergeracional, onde lojas de tecidos, armarinhos, bares tradicionais e igrejas formavam um tecido urbano de elevado valor afetivo para a população.

A cidade é marcada por diversos corpos d'água, como as lagoas do Catu, de São João, Fonte dos Padres, do Mato, da Feiticeira, Jeremias e da Espuma. Esses espaços desempenharam papel crucial na formação e no desenvolvimento urbano de Alagoinhas, atuando não apenas como fontes de abastecimento hídrico, mas também como áreas de lazer e preservação ambiental. Segundo Santos (2002), o território deve ser compreendido como uma totalidade concreta, composta por elementos naturais, técnicos, sociais e simbólicos que se inter-relacionam. Nessa perspectiva, as lagoas de Alagoinhas são mais do que acidentes geográficos: são espaços vividos e carregados de significados.

O abastecimento da população local é realizado por meio da captação de águas subterrâneas em poços tubulares distribuídos entre a sede municipal, os distritos e os povoados da zona rural. O ambiente geológico de Alagoinhas apresenta um dos melhores potenciais hidrogeológicos do estado da Bahia, com destaque para o sistema aquífero superior, caracterizado pela abundância e qualidade da água disponível.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), Alagoinhas possui uma área territorial de 734,87 km² e uma população estimada de 153.923 habitantes, com densidade demográfica de 209,53 habitantes por km². A economia local é diversificada, com relevância nos setores da indústria, do comércio e dos serviços, destacando-se atividades como a produção cerâmica e o polo cervejeiro.

No contexto da valorização do patrimônio cultural em Alagoinhas, observa-se um conjunto articulado de iniciativas que buscam preservar e dinamizar as expressões culturais locais. Entre essas ações, destacam-se projetos de restauração de importantes edifícios históricos, como a Igreja Matriz, a Estação Ferroviária e o Convento de São Francisco, cuja conservação representa não apenas um resgate simbólico da memória urbana, mas também uma estratégia para o fortalecimento do turismo cultural.

Além disso, programas de educação patrimonial têm sido fundamentais para ampliar a consciência da população sobre a importância da preservação, promovendo o envolvimento comunitário e a transmissão intergeracional de saberes. Soma-se a isso a realização de eventos culturais diversos — como festas populares, feiras, exposições e festivais — que reforçam a identidade local e movimentam a economia criativa.

Nesse cenário, destaca-se ainda a relevância econômica e simbólica da cerâmica vermelha, cuja produção é expressiva no município. Estima-se um mercado potencial de aproximadamente 1,4 bilhão de peças por ano, com significativa demanda na Região Metropolitana, que consome cerca de 900 milhões de unidades, distribuídas entre 30% de blocos e tijolos e 70% de telhas. Esse setor não apenas movimenta a cadeia produtiva regional, como também representa um elo entre o saber-fazer tradicional e as dinâmicas contemporâneas de desenvolvimento territorial.

Compreender as transformações no centro de Alagoinhas exige, portanto, uma abordagem que considere o território em sua complexidade. Conforme Milton Santos (2002), o território não é apenas o suporte físico da ação humana, mas uma construção social, simbólica e histórica, vivenciada cotidianamente. Trata-se de um espaço apropriado e ressignificado por diferentes grupos sociais ao longo do tempo.

Antes das reformas urbanas recentes, o centro de Alagoinhas configurava-se como um território de múltiplas camadas históricas, onde se entrelaçavam memórias coletivas, práticas culturais e usos sociais diversos. Locais como a Praça Rui Barbosa, o antigo Mercado Municipal, o entorno da Catedral de Santo Antônio, os casarões históricos, becos e travessas comerciais constituíam marcos materiais e simbólicos da identidade urbana construída ao longo de décadas.

Na perspectiva de Marc Augé (1994), esses espaços podem ser compreendidos como “lugares de memória”, pois neles se inscrevem experiências compartilhadas e afetos que conferem densidade simbólica à paisagem urbana. Em contraposição aos chamados “não-lugares” — ambientes marcados pela transitoriedade e pela ausência de identidade —, o centro tradicional de Alagoinhas destacava-se como espaço de convivência e trocas sociais. A feira livre, por exemplo, não era apenas um ponto de comercialização, mas um ritual comunitário, fundamental para a sociabilidade popular.

A pesquisa de campo possibilitou o levantamento de múltiplas fontes que contribuíram para a reconstituição da configuração do centro antes das reformas: entrevistas com moradores e comerciantes antigos, registros fotográficos pessoais, mapas históricos e conteúdos compartilhados em redes sociais. Essas fontes, ainda que não convencionais, revelam-se essenciais na construção de uma narrativa histórica plural, sensível às memórias da comunidade (Frigerio, 2016).

Os depoimentos indicam uma relação afetiva intensa com o centro antigo. Muitos entrevistados mencionaram com saudade as sombras das árvores na praça, as apresentações culturais, o coreto, a feira que se espalhava pelas ruas, e as fachadas coloniais. Esses elementos compunham um cenário urbano marcado pela memória e pela identidade coletiva.

As reformas recentes, no entanto, alteraram profundamente esse cenário. Ao modificarem a configuração espacial e funcional do centro, essas intervenções impactaram diretamente as práticas cotidianas e as referências afetivas da população. Como observa Pierre Nora (1993), os lugares de memória são fundamentais para a construção simbólica da identidade, e sua destruição ou descaracterização implica também um processo de apagamento da memória coletiva.

Como parte da abordagem autoetnográfica adotada neste trabalho, recorrem-se a lembranças pessoais que auxiliam na reconstrução da paisagem urbana e afetiva de Alagoinhas, especialmente no período anterior às reformas urbanas ocorridas entre 2013 e 2018. Essas memórias, vivenciadas e observadas em primeira pessoa, contribuem não

apenas para ilustrar a configuração espacial da cidade, mas também para evidenciar camadas de significados subjetivos que alimentam disputas de sentidos e pertencimentos no centro urbano.

Entre as primeiras lembranças está a inauguração do Estádio Antônio Figueiredo Carneiro, o “Carneirão”, sede do Alagoinhas Atlético Clube. No entanto, o que se mantém mais vívido são as experiências cotidianas nas ruas do centro da cidade, frequentemente percorridas com os pais. Essas vias eram pavimentadas com paralelepípedos, sendo algumas formadas por pedras escuras e escorregadias nos períodos chuvosos, contrastando com o bairro de residência, à época desprovido de pavimentação.

O centro urbano apresentava-se arborizado, com canteiros centrais que dividiam as pistas e favoreciam a mobilidade dos pedestres. As árvores, que abrigavam pássaros, compunham uma paisagem sonora vibrante. A Praça Graciliano de Freitas, onde se localizam a Prefeitura, os Correios e o antigo Cine Capitólio (atualmente transformado em igreja), configurava-se como referência simbólica. Nesse espaço ocorriam eventos culturais e políticos, como as micaretas, com destaque para a apresentação de Luiz Gonzaga, o “Rei do Baião”.

Outras praças também integravam essa paisagem urbana afetiva, como a Praça Rio Branco, marcada por árvores podadas ao seu redor, e a Praça J.J. Seabra, conhecida popularmente como “Praça do Coreto”, onde havia uma tradicional sorveteria. Apesar de sofrerem alterações ao longo do tempo, essas praças ainda conservam elementos de sua importância simbólica e social.

A Praça Rui Barbosa, possivelmente a mais emblemática da cidade, sempre foi ponto de encontro entre gerações, palco de manifestações culturais e políticas. Algumas mangueiras antigas ainda permanecem no local, evocando memórias de um passado bucólico e de passeios dominicais.

Nem todas as transformações foram negativas. A Praça Castro Leal, por exemplo, anteriormente utilizada como terminal de ônibus, foi convertida em espaço de convivência. Contudo, a ausência de arborização nas recentes intervenções urbanas, como nas Avenidas Airton Sena, Juracy Magalhães e Paulo Afonso, evidencia uma carência de sensibilidade ambiental diante dos atuais desafios impostos pelo aquecimento global.

Essas lembranças constituem uma cartografia afetiva e histórica que contrasta com as transformações recentes. Destaca-se, ainda, o potencial econômico do município de Alagoinhas, particularmente na produção de cerâmica vermelha. Estima-se uma produção anual de aproximadamente 1,4 bilhão de peças, das quais cerca de 900 milhões são

destinadas à Região Metropolitana de Salvador, sendo 30% blocos e tijolos e 70% telhas — o que demonstra a relevância econômica e simbólica dessa atividade para a identidade local. Nos tópicos subsequentes, será apresentada uma análise da conformação urbana de Alagoinhas, seus símbolos fundacionais e as transformações promovidas pela gestão municipal no período de 2013 a 2016.

Portanto, a noção de memória urbana revela-se central para compreender os conflitos gerados pelas reformas no centro de Alagoinhas. Essas transformações, ao padronizarem o espaço, substituírem estruturas históricas e deslocarem práticas populares como a feira livre, suscitaram disputas em torno do pertencimento e da legitimidade das intervenções urbanas. Tais tensões evidenciam a importância de considerar o território como espaço vivido e carregado de sentidos, em constante disputa simbólica.

Assim, que o território central de Alagoinhas deve ser reconhecido não apenas como um local de circulação e atividade econômica, mas como espaço de historicidade, memória e identidade. Por meio das contribuições teóricas de Santos (2002), Augé (1994) e Nora (1993), além das fontes orais e digitais coletadas, este capítulo buscou resgatar a complexidade do centro urbano antes das reformas recentes, evidenciando as camadas de significado e os vínculos afetivos que estruturam a relação da população com esse espaço

CAPÍTULO 3 - REFORMAS URBANAS E GESTÃO

A gestão municipal desempenha um papel determinante na direção das reformas urbanas, influenciando de maneira direta a forma como o espaço urbano é produzido, apropriado e vivenciado pelos seus habitantes. No caso de Alagoinhas, na Bahia, as intervenções implementadas durante os governos de Paulo Cezar (2009–2016) e Joaquim Neto (2017–2020) constituem momentos centrais na reconfiguração do centro da cidade, atravessados por discursos de modernização que nem sempre se concretizaram com eficácia técnica ou com efetiva participação popular.

Uma das intervenções mais marcantes da gestão de Paulo Cezar foi a chamada obra do “binário”, que modificou o trânsito no entorno da Praça Rui Barbosa, transformando duas vias paralelas em avenidas de sentido único e oposto. Embora a proposta tenha como justificativa oficial a otimização do fluxo viário, a execução foi alvo de críticas por parte da administração subsequente e de moradores locais, devido à falta de planejamento técnico, à substituição inadequada das manilhas subterrâneas e à constante necessidade de manutenção do pavimento (Newsinfoco, 2021; PMPA, 2021).

Além disso, aspectos fundamentais da mobilidade urbana foram negligenciados: a mobilidade dos pedestres sequer foi considerada, comprometendo a segurança e a acessibilidade no entorno da praça. O corte de dezenas de árvores — sem qualquer consulta popular — gerou comoção social, uma vez que a arborização constituía um elemento imprescindível na paisagem urbana e no bem-estar coletivo.

No lugar das árvores removidas, foram plantados alguns arbustos que, entretanto, nunca receberam manutenção adequada, resultando em espaços públicos empobrecidos. Soma-se a isso a ausência de sinalização de trânsito eficaz, tanto vertical quanto horizontal, o que aumentou a confusão no tráfego local e exponenciou riscos tanto para motoristas quanto pedestres.

Esses problemas só ganharam alguma atenção da SMTT (Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito) anos mais tarde, com ações pontuais de requalificação da sinalização horizontal — como pintura de faixas de pedestres e marcas de canalização — e iniciativas posteriores de modernização de semáforos, ainda em fase de implantação em 2025.

Para além das falhas técnicas, a intervenção foi realizada sem a devida consulta à população. De acordo com Harvey (2012), reformas urbanas impulsionadas por interesses

econômicos e decisões técnicas que negligenciam o debate público tendem a aprofundar desigualdades e a gerar exclusão no acesso ao espaço urbano.

Outra intervenção marcante da gestão de Paulo Cezar foi a obra de drenagem e pavimentação da Rua Silva Jardim, viabilizada por meio de recursos federais. Desde o anúncio, a iniciativa foi apresentada como uma solução definitiva para os recorrentes alagamentos enfrentados pela comunidade local. Contudo, a execução do projeto revelou-se insatisfatória: a obra foi entregue de forma inacabada, com deficiências estruturais e sem resolver de fato o problema central.

Diante disso, a Controladoria-Geral da União (CGU) instaurou auditorias que apontaram graves irregularidades, incluindo a não conclusão da tubulação, a má qualidade do pavimento e a ausência de soluções técnicas adequadas para o escoamento das águas pluviais (Alagoinhas Hoje, 2017).

O bairro Silva Jardim sempre foi um dos mais afetados por alagamentos em períodos chuvosos. Sua posição topográfica, em um ponto mais baixo da cidade, faz com que receba o escoamento de águas pluviais de bairros vizinhos, agravando o impacto das chuvas. A população local convive com prejuízos materiais e riscos à saúde pública, agravados por décadas de abandono e promessas não cumpridas.

A obra, portanto, gerou frustração entre os moradores, que viram na iniciativa mais um caso de desperdício de recursos e de ineficácia da gestão pública. Foi apenas a partir de 2018, na gestão subsequente de Joaquim Neto, que a obra de macrodrenagem foi retomada com maior amplitude. Em 2024, o projeto alcançou 90% de execução, incluindo a instalação de tubulações de PEAD, bocas de lobo e caixas de captação, que visam solucionar definitivamente os alagamentos no bairro Silva Jardim e áreas adjacentes (Prefeitura Municipal de Alagoinhas, 2024).

Essa continuidade demonstra a complexidade das políticas públicas urbanas e a necessidade de planejamento técnico eficiente aliado à escuta das demandas populares.

Projetos como a duplicação da Avenida Paulo Afonso, anunciada em 2014 ainda na gestão de Paulo Cezar, e a modernização da Rodoviária Clériston Andrade foram amplamente divulgados como símbolos do avanço urbano de Alagoinhas. No entanto, tais intervenções não foram executadas de forma substancial dentro da gestão que as propôs, revelando um claro descompasso entre o discurso de modernização e a prática administrativa efetiva. A duplicação da Avenida Paulo Afonso, por exemplo, foi finalizada apenas na gestão de Joaquim Neto, e embora tenha sido apresentada como uma obra voltada à fluidez do tráfego e à modernização da infraestrutura viária da cidade,

careceu de elementos básicos de planejamento urbano sustentável. Não houve consulta popular para a definição do projeto, tampouco atenção a aspectos imprescindíveis como a arborização.

O canteiro central foi entregue sem árvores e com iluminação instalada somente meses após a inauguração, contrariando expectativas da população sobre a criação de um espaço urbano mais agradável e ambientalmente equilibrado. Essa ausência de diálogo com a comunidade e de sensibilidade ecológica evidencia uma concepção de cidade voltada mais à estética superficial e à circulação de veículos, em detrimento do conforto térmico, da sustentabilidade e do bem-estar dos pedestres.

Ao desconsiderar a importância da vegetação urbana, o projeto reforça a tendência recorrente nas intervenções públicas de negligenciar o verde como parte essencial da paisagem urbana. Outra intervenção marcante da gestão de Paulo Cezar foi a obra de drenagem e pavimentação da Rua Silva Jardim, viabilizada por meio de recursos federais. Desde o anúncio, a iniciativa foi apresentada como uma solução definitiva para os recorrentes alagamentos enfrentados pela comunidade local. Contudo, a execução do projeto revelou-se insatisfatória: a obra foi entregue de forma inacabada, com deficiências estruturais e sem resolver de fato o problema central.

Diante disso, a Controladoria-Geral da União (CGU) instaurou auditorias que apontaram graves irregularidades, incluindo a não conclusão da tubulação, a má qualidade do pavimento e a ausência de soluções técnicas adequadas para o escoamento das águas pluviais (Alagoinhas Hoje, 2017). O bairro Silva Jardim sempre foi um dos mais afetados por alagamentos em períodos chuvosos. Sua posição topográfica, em um ponto mais baixo da cidade, faz com que receba o escoamento de águas pluviais de bairros vizinhos, agravando o impacto das chuvas.

A população local convive com prejuízos materiais e riscos à saúde pública, agravados por décadas de abandono e promessas não cumpridas. A obra, portanto, gerou frustração entre os moradores, que viram na iniciativa mais um caso de desperdício de recursos e de ineficácia da gestão pública. Foi apenas a partir de 2018, na gestão subsequente de Joaquim Neto, que a obra de macrodrenagem foi retomada com maior amplitude. Em 2024, o projeto alcançou 90% de execução, incluindo a instalação de tubulações de PEAD, bocas de lobo e caixas de captação, que visam solucionar definitivamente os alagamentos no bairro Silva Jardim e áreas adjacentes (Prefeitura Municipal de Alagoinhas, 2024).

Essa continuidade demonstra a complexidade das políticas públicas urbanas e a necessidade de planejamento técnico eficiente aliado à escuta das demandas populares. A atuação do governo de Paulo Cezar pode ser interpretada à luz da concepção de Lefebvre (2006), segundo a qual o espaço urbano é um produto social, configurado por relações de poder e por disputas simbólicas. As intervenções pontuais e de baixa qualidade refletem uma visão de cidade enquanto mercadoria, onde prevalecem os valores da circulação e do consumo, em detrimento das necessidades sociais e da preservação da memória urbana. A ausência de planejamento integrado e de continuidade nas políticas urbanas, bem como a carência de escuta social, confirmam as reflexões de Chauí (2016) sobre a urgência de considerar as experiências cotidianas dos sujeitos na formulação das políticas públicas.

3.1 Intervenções Urbanas na Gestão Joaquim Neto: entre técnica, memória e funcionalidade

Durante o governo de Joaquim Neto, entre 2017 e 2020, Alagoinhas vivenciou uma nova etapa de transformações urbanas, marcadas por obras de infraestrutura, drenagem, pavimentação e requalificação de espaços públicos. Embora com maior visibilidade e investimento, tais intervenções também refletem, conforme Harvey (2012), uma lógica de valorização econômica do espaço urbano e de regulação dos usos do território. Em 2019, foi autorizada a reestruturação da Praça José Joaquim Seabra (Praça do Coreto), com investimento de R\$ 920 mil. O projeto preservou a arborização e o coreto histórico, inserindo elementos modernos como piso intertravado, iluminação especial e quiosques padronizados. A obra foi apresentada como uma forma de valorização da memória urbana, mas, como argumenta Ricoeur (2007), a memória é constantemente reconstruída, sendo moldada por escolhas institucionais que, por vezes, silenciam práticas cotidianas.

No entanto, como é comum em obras públicas de intervenção urbana no Brasil, e conforme já foi citado o descompasso entre o discurso de modernização e a prática administrativa, nem tudo saiu como previsto. Embora o prédio do coreto tenha sido preservado, foi autorizada ao cessionário a execução de obras de coberturas laterais que desvirtuaram o caráter histórico original do coreto, comprometendo seu valor simbólico e arquitetônico.

A obra de macrodrenagem da Lagoa Cavada, iniciada em 2019 e concluída em 2021, contou com um investimento de R\$ 12,44 milhões e contemplou a instalação de

mais de 1.327 metros de galerias subterrâneas. A intervenção beneficiou bairros como Alagoinhas Velha, Jardim Petrolar e Inocoop. Apesar dos avanços em infraestrutura, a obra também revela a racionalização do espaço, descrita por Lefebvre (1999) como um processo que ignora os ritmos e apropriações subjetivas do território. No entanto, esta intervenção pode ser considerada uma das poucas obras públicas que de fato apresentou consonância entre discurso e prática. Além de contemplar a solução das recorrentes enchentes na região da Cavada, houve também uma atenção ao entorno da lagoa. Apesar de ainda severamente contaminada por esgotos, a área recebeu intervenções de urbanização que visaram não apenas à funcionalidade, mas também à valorização do espaço como parte do cotidiano urbano.

A obra de macrodrenagem da Lagoa Cavada, iniciada em 2019 e concluída em 2021, contou com um investimento de R\$ 12,44 milhões e contemplou a instalação de mais de 1.327 metros de galerias subterrâneas. A intervenção beneficiou bairros como Alagoinhas Velha, Jardim Petrolar e Inocoop. Apesar dos avanços em infraestrutura, a obra também revela a racionalização do espaço, descrita por Lefebvre (1999) como um processo que ignora os ritmos e apropriações subjetivas do território. A partir de 2019, também foram executadas obras de pavimentação e drenagem na Rua 8 de Dezembro e em outras vias da região de Alagoinhas Velha. A Rua São Roque, por sua vez, recebeu melhorias similares em 2017. Apesar de atenderem às demandas da população, essas obras contribuíram para a padronização do espaço urbano, um fenômeno criticado por Chauí (2000) ao refletir sobre a tecnocratização das políticas públicas.

Outro projeto importante foi a requalificação do antigo camelódromo, iniciado em 2017, que resultou na implantação do Shopping Popular. A nova estrutura incluiu boxes padronizados, banheiros, acesso à internet e infraestrutura sanitária. Embora anunciado como medida de dignificação do comércio informal, o projeto também representou uma forma de controle e normatização do espaço urbano, conforme analisado por Harvey (2014), que associa tais medidas à financeirização das cidades. Já em 2024, após o encerramento da gestão de Joaquim Neto, o programa "Alagoinhas+" deu continuidade às obras iniciadas por sua administração. O programa previa a pavimentação de mais de 150 ruas, bem como a realização de obras de drenagem, construção de praças, sinalização e manutenção urbana em diversas regiões da cidade. Entre 2022 e 2023, por exemplo, foram pavimentadas cinco ruas no bairro 02 de Julho. A continuidade dessas intervenções sugere a consolidação de um modelo urbano racionalizado e tecnocrático, voltado mais à performance administrativa do que à escuta das multiplicidades territoriais e sociais.

CAPÍTULO 4 – MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E RECONFIGURAÇÃO

A memória urbana não é apenas um depósito do passado, mas um campo vivo de disputas simbólicas, afetivas e políticas. Em Alagoinhas, as reformas urbanas realizadas ao longo das gestões de Paulo Cezar e Joaquim Neto provocaram profundas transformações no centro da cidade, impactando diretamente as práticas cotidianas, os vínculos sociais e os modos de habitar o espaço. A requalificação de praças, ruas e espaços públicos não se deu de maneira neutra ou consensual; ao contrário, suscitou resistências, narrativas de exclusão e processos de reconfiguração da identidade urbana.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender como os sujeitos — especialmente os mais antigos moradores, comerciantes, feirantes e frequentadores do centro histórico — vivenciam essas transformações. Conforme propõe Ecléa Bosi (1994), a memória é constituída não apenas por fatos objetivos, mas por afetos, cheiros, sons e experiências que marcam a história de vida dos indivíduos. Os relatos orais de idosos entrevistados, por exemplo, evocam uma cidade que não é apenas geográfica, mas também emocional. A Praça Rui Barbosa, o Mercado Municipal, a antiga estação ferroviária — esses espaços são lembrados como lugares de encontro, trocas simbólicas e pertencimento.

Essas memórias afetivas contrastam com os projetos de “modernização” urbana implementados recentemente, que muitas vezes negligenciaram os usos sociais consolidados dos espaços. A substituição de calçamentos antigos, a eliminação de mobiliários tradicionais, o deslocamento de feirantes para áreas menos centrais e a padronização visual das praças provocaram reações de estranhamento e sentimento de perda. Tais sentimentos podem ser compreendidos à luz de Paul Ricoeur (2007), que identifica na memória não apenas um exercício de rememoração, mas também um direito à identidade: ao perder marcos simbólicos, comunidades inteiras podem sentir-se deslocadas dentro de sua própria cidade.

No entanto, a população também resiste. E aqui, a noção de “táticas do cotidiano” proposta por Michel de Certeau (1994) se revela útil. Os cidadãos comuns, mesmo sem acesso direto às decisões políticas e aos planos urbanísticos, desenvolvem maneiras criativas de reinscrever suas práticas nos espaços transformados. Alguns feirantes voltaram a ocupar trechos das praças durante eventos religiosos ou culturais; outros moradores passaram a se reunir em novos pontos para manter vivas tradições antigas, como rodas de conversa, ensaios de grupos culturais ou jogos de dominó. Esses gestos,

ainda que sutis, representam formas de resistência e reapropriação simbólica do espaço urbano.

Ao longo do trabalho de campo, também foram observadas práticas autoetnográficas que revelam o quanto o pertencimento a determinados espaços é produzido por vivências cotidianas e afetivas. Em um dos relatos registrados, uma moradora do centro comenta: “Antigamente a gente sabia o nome de todo mundo aqui da praça... Hoje tá tudo diferente. Não sei nem mais onde é que a gente se encontra.” Esse testemunho não apenas expressa saudade, mas também denuncia um esvaziamento das redes comunitárias provocadas pelas reformas.

Portanto, a reconfiguração urbana de Alagoinhas não pode ser analisada apenas sob a ótica técnica ou institucional. É preciso reconhecer os múltiplos sentidos que os espaços públicos adquirem para os cidadãos e os conflitos que emergem quando tais sentidos são desconsiderados. A cidade é, como diz Lefebvre (2001), um espaço socialmente produzido — e, como tal, passível de disputas, negociações e resistências.

Este capítulo, ao destacar memórias e afetos urbanos, táticas de resistência e os impactos simbólicos da requalificação do centro de Alagoinhas, propõe uma reflexão crítica sobre os rumos das políticas urbanas locais. É necessário ampliar o diálogo entre poder público e população, de modo a garantir que a cidade não seja apenas uma vitrine de obras, mas um lugar vivo de encontros, histórias e pertença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente artigo teve como objetivo analisar as reformas urbanas implementadas no centro da cidade de Alagoinhas-BA, entre os anos de 2013 e 2018, compreendendo os impactos espaciais, sociais e simbólicos dessas intervenções à luz das disputas de memória e das resistências locais. A pesquisa buscou articular diferentes fontes — depoimentos, registros visuais, análises documentais e referenciais teóricos — para compreender o modo como tais reformas reconfiguraram o território central da cidade e influenciaram os modos de habitar, circular e lembrar o lugar.

A partir de uma abordagem interseccional entre a história urbana, a geografia crítica e a memória social, foi possível observar como a produção do espaço urbano se articula a projetos de poder, muitas vezes dissociados da escuta popular e da valorização dos vínculos afetivos e identitários dos moradores com o centro da cidade. As obras realizadas tanto na gestão de Paulo Cezar quanto na de Joaquim Neto foram alvo de análises, destacando-se as diferentes estratégias de governança, os discursos de modernização e os conflitos gerados no tecido urbano e social.

No Capítulo 1, delineamos o percurso metodológico da pesquisa, justificando a escolha da cidade de Alagoinhas como objeto de estudo e apresentando o contexto das reformas urbanas. No Capítulo 2, desenvolvemos os conceitos de território, memória e história urbana, dialogando com autores como Milton Santos, Marc Augé e Pierre Nora. O Capítulo 3 focou na análise das intervenções urbanas, detalhando obras específicas como o binário, a requalificação da Praça Rui Barbosa, o Shopping Popular, o programa Alagoinhas+ e a macrodrenagem da Lagoa da Cavada, entre outras, destacando os efeitos espaciais e as críticas quanto à execução e impacto social das obras. No Capítulo 4, discutimos as formas de resistência e reconfiguração de memórias urbanas, a partir da perspectiva de Michel de Certeau e Ecléa Bosi, abordando práticas cotidianas de resistência, afetividades e discursos de pertencimento ativados por moradores, comerciantes e frequentadores do centro da cidade.

A pesquisa revelou que, embora as reformas tenham sido justificadas por discursos de modernização e progresso, muitas delas desconsideraram a complexidade das dinâmicas locais e os saberes enraizados na experiência cotidiana dos cidadãos. Os processos de patrimonialização simbólica e material, frequentemente, não contemplaram as memórias dos sujeitos históricos que habitam o centro, resultando em tensionamentos, apagamentos e ressignificações do espaço urbano.

Nesse sentido, as disputas por memória e por lugar emergem como formas legítimas de resistência e agência social. Os relatos orais e as práticas cotidianas demonstram que o espaço urbano não é passivamente recebido, mas continuamente ressignificado por aqueles que o vivem. Essa constatação reforça a importância de políticas públicas que articulem planejamento urbano com participação social efetiva, valorizando a memória coletiva como elemento constituinte do direito à cidade.

Por fim, a pesquisa aponta para a necessidade de aprofundar o diálogo entre memória, espaço e poder nas reflexões sobre os processos urbanos. Em um contexto de crescente gentrificação e mercantilização das cidades, defender o direito à memória é, também, uma forma de resistência frente à homogeneização e ao apagamento das identidades locais. Alagoinhas, com sua rica trajetória histórica e sua diversidade cultural, segue sendo palco dessas disputas, reafirmando que toda cidade é, antes de tudo, um campo vivo de memórias, afetos e lutas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução: Maria Lúcia Pereira. 2. ed. Campinas: Papirus, 2010.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. Experiência urbana. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 217–231.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur P. Autoetnografia, autobiografia e narrativa pessoal: crítica e reflexividade no texto de pesquisa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 387–410.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Nascimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **Ritmo e espaço: novas perspectivas para a análise urbana**. Lisboa: Edições 70, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7–28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 2004.

TAVARES, Luciana. **Culturas populares e políticas públicas: desafios e possibilidades**. São Paulo: Annablume, 2014.

DOCUMENTOS DIVERSOS

ALAGOINHAS HOJE. Canal do bairro Silva Jardim: relatório técnico da CGU apontará irregularidades praticadas pelo governo Paulo Cezar. 27 abr. 2017. Disponível em: <https://www.alagoinshoje.com/canal-do-bairro-silva-jardim-relatorio-tecnico-da-cgu-apontara-irregularidades-praticadas-pelo-governo-paulo-cezar>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ALAGONEWS. SMTT anuncia modernização de todos os semáforos de Alagoinhas. 2025. Disponível em: <https://alagonews.com.br/noticia/12637/smt-anuncia-modernizacao-de-todos-os-semaforos-de-alagoinhas>. Acesso em: jul. 2025.

BAHIA. Governo da Bahia. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades: Alagoinhas (BA). 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/alagoinhas.html>. Acesso em: 29 jul. 2025.

NEWSINFOCO. Binário de Alagoinhas tem manilhas com vazamento e calçadas danificadas. Disponível em: <https://newsinfoco.com/noticia/56849/binario-de-alagoinhas-tem-manilhas-com-vazamento-e-calcadas-danificadas/>. Acesso em: jul. 2025.

NEWSINFOCO. Obras inacabadas e promessas não cumpridas em Alagoinhas. Disponível em: <https://www.newsinfoco.com>. Acesso em: 29 jul. 2025.

NEWSINFOCO. Obras urbanas em Alagoinhas. Disponível em: <https://www.newsinfoco.com.br>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS. Obra de macrodrenagem do Silva Jardim atinge 90% de execução. 19 jun. 2024. Disponível em: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/em-fase-de-conclusao-obra-de-macrodrenagem-do-silva-jardim-chega-a-90-de-execucao>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS (PMA). Plano Diretor Municipal. Alagoinhas: PMA, 2017. Disponível em: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2025.

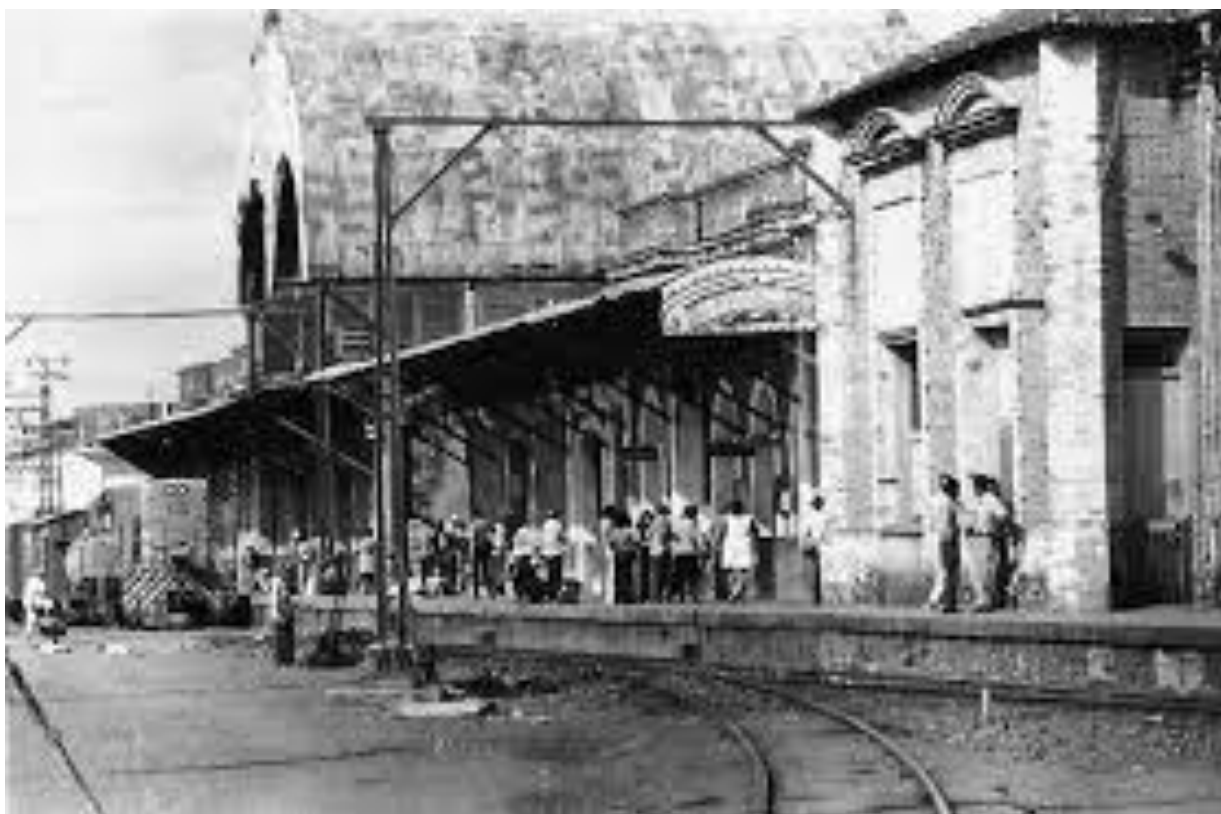
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS (PMA). Portal institucional. Disponível em: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS (PMPA). SMTT intensifica trabalho de sinalização de vias com pintura de canalizações e faixas de pedestres. 2023. Disponível em: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/smtt-intensifica-trabalho-de-sinalizacao-de-vias-com-pintura-de-canalizacoes-e-faixas-de-pedestres/>. Acesso em: jul. 2025.

SE LIGA ALAGOINHAS. Censo expõe falhas graves em Alagoinhas: cidade ignora ciclistas, cadeirantes e pedestres. Disponível em: <https://www.seligaalagoinhas.com.br/noticia/57764/censo-expoe-falhas-graves-em-alagoinhas-cidade-ignora-ciclistas-cadeirantes-e-pedestres>. Acesso em: jul. 2025.

SE LIGA ALAGOINHAS. Faixas apagadas deixam a travessia de pedestres perigosa em ruas e avenidas de Alagoinhas. Disponível em: <https://www.seligaalagoinhas.com.br/noticia/24248/faixas-apagadas-deixam-a-travessia-de-pedestres-perigosa-em-ruas-e-avenidas-de-alagoinhas>. Acesso em: jul. 2025.

ANEXO – IMAGENS DO ESPAÇO URBANO DE ALAGOINHAS



Estação São Francisco



Estação de Magalhães



Estádio Antonio Figueiredo Carneiro - Carneirão



Cervejaria Heineken



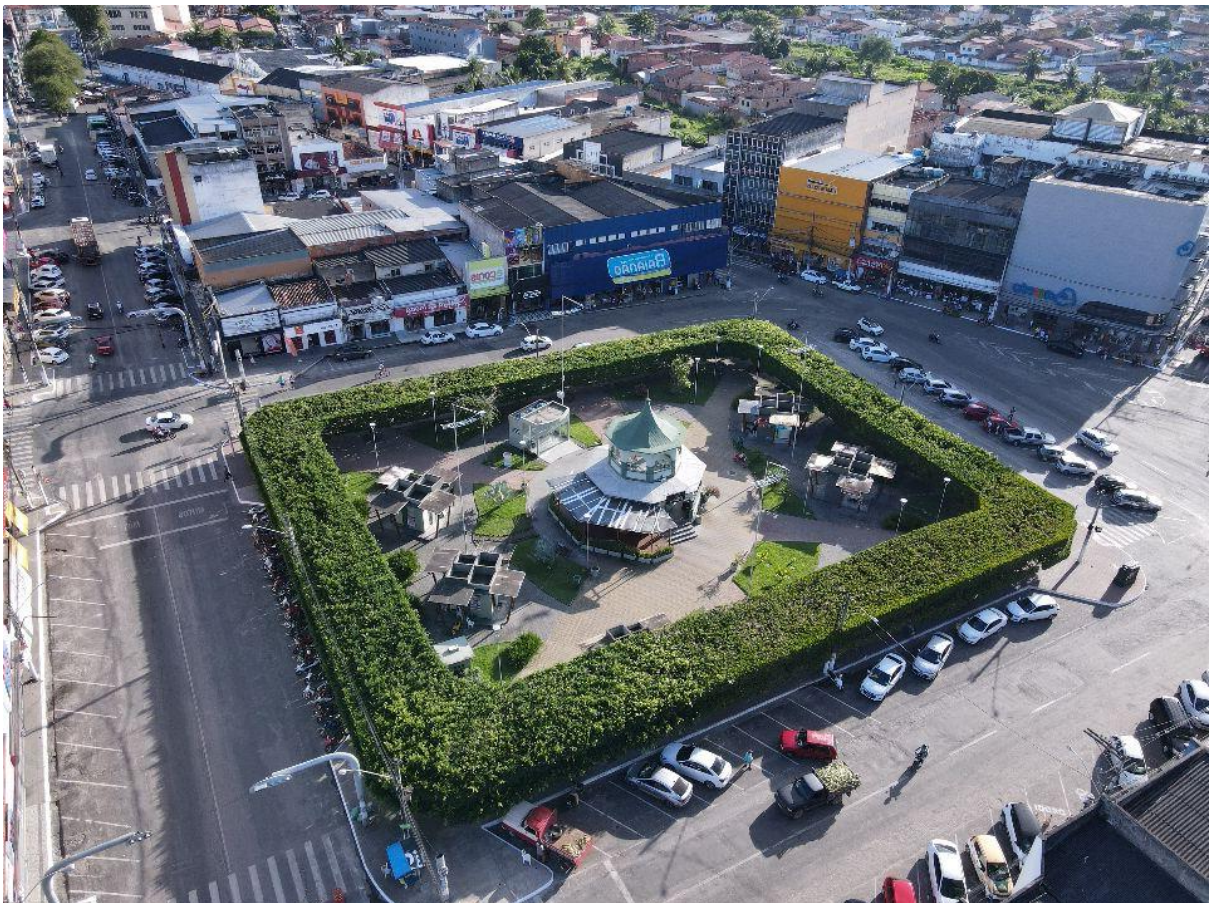
Praça J. J. Seabra (Praça do Coreto)



Praça J. J. Seabra (Praça do Coreto)



Praça J.J. Seabra Depois 2014



Praça J. J. Seabra (Praça do Coreto)



Praça Rio Branco



Antigo Ponto de Coletivo de Alagoas



Praça Graciliano de Freitas (Antes e depois)



Praça Graciliano de Freitas (antes e depois)



Prédio da Prefeitura



Rua D. Pedro II



Ruínas da Igreja inacabada

